



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas

ANA BEATRICE NEUBAUER DE MOURA

INTERPRETAÇÕES SOBRE LINGUAGEM E ENSINO:
uma análise da obra *Linguística e Ensino de Línguas*, de Lúcia Lobato

BRASÍLIA

2023

ANA BEATRICE NEUBAUER DE MOURA

INTERPRETAÇÕES SOBRE LINGUAGEM E ENSINO:
uma análise da obra *Linguística e Ensino de Línguas*, de Lúcia Lobato

Trabalho apresentado à disciplina Seminário de Linguística como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas pela Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior.

BRASÍLIA

2023

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Linguística e Ensino de Línguas (2015) é o segundo volume da coleção Lucia Lobato, da Editora UnB. Com o intuito de reunir parte da produção intelectual e acadêmica revolucionária da pesquisadora e mestra Lúcia Maria Pinheiro Lobato, o Volume 2 reúne três capítulos provenientes de palestras ministradas pela professora entre os anos 70 e 2000, contemplando a temática da linguística formal como subsídio ao ensino de línguas (em especial, o português) e da criatividade inerente às línguas, aspecto relevante à otimização da aprendizagem. Sob a perspectiva inatista da gramática, Lobato ressalta em seus textos a importância do rigor e da técnica na produção científica e uma aproximação mais efetiva desses estudos ao campo da educação, a fim de gerar inovação e efetivação na abordagem dos processos gramaticais em sala de aula.

Com a curadoria e organização das docentes e pesquisadoras Eloisa Pilati, Rozana Naves, Helena Guerra Vicente e Heloísa Lima-Salles, o conteúdo da obra é resguardado em sua integridade, sendo apresentado a partir do prefácio elaborado pela professora Maria José Foltran, destinando a leitura a pesquisadores e professores de língua em seus mais variados estágios de atuação. As 53 páginas do livro são divididas entre apresentação, prefácio e a capitulação das três palestras, destinando-se sobretudo aos profissionais docentes de língua portuguesa e objetivando, além da publicação de conteúdo relevante à formação docente, homenagear o legado intelectual da professora Lobato, falecida em 2005.

2 APRESENTAÇÃO

Em “O Linguista e o Professor” (pp. 11-13), prefácio da obra, Foltran destaca o trabalho de Lobato, progressista na linguística gerativista nacional, e as noções da autora acerca da possibilidade de se estreitar o vínculo entre pesquisa em linguística teórica e ensino de português, que só ocorreria a partir da atuação sistemática da linguística aplicada, atuando na orientação e no processamento do trabalho docente e promovendo um contraponto entre a teoria linguística e a docência.

Apresentado em 13 de dezembro de 2003 na 2ª Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Fortaleza, o artigo “O que o Professor de Educação Básica Deve Saber de Linguística” (pp. 15-30) inicia a coletânea de palestras do livro

e, nele, a autora busca elucidar sobre as relações entre o linguista e a educação básica, expandindo a leitura além das bases sociolinguística variacionistas já expostas em sala de aula, a fim de diminuir a defasagem entre o conhecimento acadêmico e a Gramática Tradicional (GT) proposta em gramáticas escolares, bem como delimitar as práticas do linguista e as do professor.

A discussão é iniciada com a proposta de diferenciar conceitualmente a concepção de gramática que, de um lado, pode ser descritiva, taxonômica e classificatória e, por outro, dinâmica, mentalista e intrínseca a cada membro da espécie humana a partir da exposição de dados linguísticos que a determinem. A essa estrutura mental inata, a denominação Gramática Universal (ou, simplesmente, GU) é atribuída, uma vez que essa organização mental “torna a aquisição da língua algo inevitável, inexorável” (PILATI *et. al.*, 2015).

A GU, mediada pela criatividade, distingue a produção linguística humana, autônoma e criativa, realizada em contato e a partir da absorção das práticas de determinada língua e de seus falantes, da reprodução condicionada elaborada por animais. Logo, a autora atribui ao docente, particularmente ao de Língua Portuguesa, o manuseio da língua de acordo com a segunda aceção, isto é: a gramática inata não condicionada, dinâmica e utilizada a partir de ferramentas criativas das línguas naturais.

Lobato, utilizando-se dessa concepção gramatical, utiliza as noções gerativistas acerca da natureza da linguagem, que dispõe sobre o fato de o falante não adquirir a gramática no ambiente escolar, e sim a expandir nele, uma vez que ele já possui, a partir de artifícios geneticamente estabelecidos, uma gramática, não sendo, portanto, uma aprendizagem gerada e instruída, e sim intuída. Nesse cenário, é proposto no capítulo um entendimento de ensino linguístico baseado na gramática intrínseca à criança e respaldada por três pontos de orientação, sendo eles:

- a) A adoção de *procedimento de descoberta*, em que a escola deverá visar uma metodologia de desenvolvimento conteudista elaborada sob dados que demonstrem esses processos;
- b) Uma aplicação metodológica fundamentada na *eliciação*, uma vez que ainda que o aluno possua, a partir de sua faculdade inata da linguagem, ferramentas que possibilitem uma progressão intuitiva e inferida da língua, esse processo demandaria tempo, logo, a metodologia de ensino deve ser mediada e direcionada, visando a conclusão do conhecimento e a comparação entre conteúdos adquiridos pelo aluno¹.

¹ Aqui, as editoras atribuem a função moderadora ao material didático, mas, primordialmente, à prática docente.

c) A absorção de conteúdos prevista a partir da *técnica de resultados*, ou seja, a partir da comparação entre forma e conteúdo, possibilitando ao aluno vislumbrar que a cada estrutura há um resultado previsto, e que, ao mudar-se a estrutura, gera-se necessariamente uma mudança também ao resultado. Resulta-se dessa abordagem metodológica (e dos dois pontos anteriores) o domínio do falante sobre a estrutura, demonstrando empiricamente a existência da faculdade da linguagem que guia a geração de expressões linguísticas e expõe o controle do aluno sob o texto e a estrutura linguística.

A esse domínio da GU, a autora defende que somente a partir dele haverá comprometimento e motivação estudantil com a renovação do ensino.

Exemplificando a necessidade de reavaliação da compreensão gramatical e dos procedimentos a ela relacionados, a autora destaca três fatos da língua que se beneficiam de uma nova perspectiva gramatical e da análise linguística que, ainda que ordenada pela GU, necessita de categorizações efetivas na gramática particular da língua.

Há, em primeiro lugar, salientada por Lobato, a imprecisão na classificação de argumentos e adjuntos na gramática normativa², que poderia se valer das análises da literatura sobre essas categorias a fim de contribuir para a didática, como também a ambiguidade da classificação verbal clássica, excluindo a subdivisão dos verbos intransitivos que contempla os verbos inergativos e inacusativos, dividindo a classe dos verbos segundo apenas a transitividade. Por fim, é acentuada no capítulo a consequência do ensino distanciado da linguística no que concerne às classificações oracionais. Destaco o posicionamento de Lobato de que essa transformação estrutural e conceitual de parâmetros gramaticais e da prática docente deve ocorrer, inicialmente, na universidade, estendendo-se progressivamente para a educação básica com a atuação de corpo docente atualizado, entretanto, a mudança metodológica com viés científico e epistêmico deve ser imediata e obrigatória.

Ao defender a permanência do ensino gramatical (sob uma nova ótica didática e conceitual), a autora se baseia em três argumentos. Inicialmente, considera o texto e as demais manifestações dialógicas no mesmo bojo gramatical abstrato que contempla as palavras, as orações e os sintagmas, logo, são baseados no mesmo princípio, mas operados em diferentes

²Exemplifico a imprecisão entre argumentos e adjuntos a partir de classificação de Miotto (2013), em que a seleção do verbo é determinante para diferenciação, uma vez que o verbo impõe restrições semânticas apenas aos argumentos. Entretanto, em sentenças com verbos inergativos como em *Maria nadou 100 metros*, o verbo parece s-selecionar também argumentos, uma vez que a posição de sujeito deve ser necessariamente + animada nesses cenários (**A bola nadou*).

domínios; utiliza a celeridade da aprendizagem gramatical e o seu efeito semântico como uma ferramenta para a manutenção do domínio da técnica textual e discursiva.

Por fim, Lobato defende o uso do material gramatical ao afirmar que, caso o método de ensino seja manuseado adequadamente e seguindo os três pontos de orientação por ela propostos, o próprio aluno compreenderá a sua resposta linguística biológica e concluirá a existência da sua faculdade da linguagem e, por extensão, sua percepção sobre a natureza linguística mudará, otimizando o entendimento sobre os demais conteúdos e acerca da natureza humana.

O artigo é concluído com a exposição de três argumentos que favorecem a intercessão entre linguística teórica e ensino, contrastando análises recentes e disposições da gramática normativa. O primeiro caso referido pela autora descreve um erro de análise a partir do verbo *parecer*, exemplificado pelas sentenças a seguir (PILATI, 2015, p. 26):

- d) Parece que João é inteligente.
- e) Parece que vai chover.

Para a GT, essas orações são entendidas como subjetivas, ao passo que a linguística as entende como orações subordinadas funcionando como objeto direto da oração principal; conclusão que se dá pela analogia com outras línguas, em que há a pronome topicalizado impedindo a ocorrência de sujeito nulo (como no inglês, “*it seems that John is intelligent*”), além de ser possível marcar o sujeito na oração na posição que ocorre o pronominal em demais línguas (ao exemplo, João parece ser inteligente), que atua sintaticamente como sujeito, mas que não é o referencial semântico do verbo.

Apointa-se também os casos em que as pesquisas linguísticas aprofundam noções normativas, como os supracitados verbos inergativos e inacusativos, que poderiam prever uma classificação verbal tridimensional, uma vez que, para a GT, o critério de classificação dos verbos ocorre pela transitividade (isto é, a partir da marcação de argumentos). Sob a percepção analítica, os verbos que possuem como única manifestação sintática a posição de sujeito, tem, em alguns casos, correspondência com sujeito de verbos transitivos e, para outros, equivalência com objeto de verbos intransitivos.

O artigo é finalizado com a exposição dos casos em que a literatura traz ambiguidade na classificação tradicional, como a distinção entre orações causais e explicativas, situações que são previstas pela autora como de distanciamento entre a gramática e o docente, cabendo ao professor o apontamento direto da análise tradicional e da ambiguidade que ela acarreta.

Atribuindo ao aspecto criativo na linguagem incessantes pesquisas desde o século XVII e a noção de produzir deliberadamente e independentemente combinações que expressam diferentes sentidos, a autora inicia o segundo artigo, “O Aspecto Criativo do Uso Normal das Línguas” (pp. 33-40), apresentado em 2003 no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília, expondo os sete fatores que contemplam a noção de criatividade no uso normal das línguas e justificando e contextualizando esses aspectos na produção de enunciados e as suas manifestações na gramática.

Caracterizando a criatividade das línguas a partir de diversos pontos de referência, Lobato enfatiza seis pontos da vertente racionalista do século XVII em relação à produção linguística, reforçando que falantes de línguas naturais produzem enunciados e sentenças de forma ilimitada e adaptativa, tendo as mensagens reconhecidas e percebidas pelos demais falantes de forma similar ao que foi enunciado, independente da temática ou assuntos abordados, do contexto de proferimento e dos estímulos externos ou estados emocionais internos que estipulam o momento do proferimento, assim como não é necessária à produção linguística do falante a restrição ao contexto pragmático, sendo possíveis composições abstratas, não restritas ao momento do enunciado e, por extensão, sobre fatos inexistentes e fictícios.

Acrescenta-se à conceitualização da criatividade linguística uma sétima propriedade relacionada ao uso da língua, indicando a permissão que o falante tem de usá-la como um suporte a sua expressão do pensamento sem preceder necessariamente a função cognitiva, isto é, possibilita-se a seleção de uma função comunicativa social ou cognitiva transversal à necessidade e à sobrevivência. A autora justifica esse aspecto das línguas como algo particular à manifestação humana, uma vez que a totalidade dessas propriedades não coexistem simultaneamente na linguagem animal e que a criatividade (e as suas propriedades aqui já expostas) se explica nas produções humanas porque toda língua natural recria a experiências, construindo representações simbólicas e universais, permitindo um uso linguístico adaptativo e independente de experiências individuais que norteiam o produtor ou o momento da fala, aquilo que é conceitualizado como *substituto da experiência*³.

Acerca da manifestação criativa na gramática, essa é colocada pela autora de forma correlacionada, visto que a recursividade linguística permite que unidades (com ou sem interpretação semântica) finitas sejam combinadas e estruturadas a fim de gerarem resultados

³ As organizadoras referenciam a expressão utilizada pela autora ao linguista Émilie Benveniste, de sua obra *Problemas de Linguística Geral* (1989).

ilimitadamente. À morfologia, a recursividade e a criatividade se manifestam na possibilidade de preenchimento e combinação lexical por parte do falante, gerando inovação lexical, ao passo que, no sistema sintático, há uma parte criativa, como as escolhas combinatórias que o falante deverá fazer visando a significação da mensagem, e outra não, exemplificado por Lobato como o ordenamento obrigatório das palavras de uma língua conforme significações sintáticas visadas pelo emissor. Ao sistema fonológico, entretanto, não há combinações criativas, uma vez que não há relação semântica entre traços fonológicos e fonemas. O caráter ilimitado das mensagens e a criatividade se manifestam em diferentes graus e entre os níveis linguísticos.

A conclusão proposta pela autora é de que a comunicação humana dispõe de criatividade porque ela é disposta exclusivamente na comunicação significativa, distinguindo-se fundamentalmente da linguagem animal.

A fim de detalhar a cooperação da linguística para o aperfeiçoamento da pedagogia da língua materna, a autora, no terceiro capítulo intitulado “Linguística e Ensino de Línguas” (pp. 43-54) proferido em 1976, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, reúne quatro pontos norteadores para a concepção de linguística na educação e a condução para o desenvolvimento e renovação gramatical no Brasil. Tem-se como ponto inicial a *contribuição da linguística para a realização dos objetos de ensino de uma língua*, uma vez que o ensino é compreendido dentro da extensão do campo linguístico. A função aditiva da teoria linguística é percebida a partir de uma elaboração de uma análise rigorosa – com fins pedagógicos – da língua a ser trabalhada, que fundamentará indiretamente e gradativamente as abordagens e os materiais a serem selecionados e organizados para o ensino de português.

Discorre-se também no artigo acerca da *escolha do modelo linguístico adequado e aplicável ao ensino de línguas* que, além de satisfazer o princípio básico de capacitação e fluência apropriadas dos falantes na modalidade e em suas respectivas funções comunicativas, deve possuir outras três características. São elas:

- f) O paradigma linguístico com fins pedagógicos deve considerar a situação extralinguística e interna da produção de sintagmas, bem como de enunciados e diálogos, atentando-se à situação comunicativa e aos objetivos dos mais variados intercâmbios comunicacionais.

g) No modelo linguístico-pedagógico, devem estar pressupostas as demais funções da linguagem, e não apenas a referencial.⁴

h) A referência teórica deverá compreender em seu modelo as variações dialetais e de registro da língua.

Pressupondo uma aplicação eficiente e simultânea dos três traços, não há ainda um modelo que supra essa necessidade, visto que os modelos linguísticos vigentes se restringem à análise referencial de uma língua, omitindo o aspecto relevante ao emprego dela e favorecendo a exposição do sistema linguístico, excluindo da investigação unidades superiores à frase.

O teor referencial dos modelos linguísticos é reforçado pela autora a partir da análise da própria GT, uma vez que é uma gramática que desconsidera a circunstância dialógica, detalhando-se apenas à frase e entendendo a língua como um conjunto unificado. Um padrão linguístico modulado a partir da estrutura apresentada representaria, de acordo com a professora, um avanço em relação à descrição da GT, porque passaria a considerar o complexo variacional que compõem a cadeia multiforme de uma língua.

Entretanto, ainda que tal modelo distinguisse os conceitos saussurianos de *langue* e *parole*, desconsideraria o emprego individual da ferramenta comunicativa específica a uma comunidade utilizada pelo falante, excluindo da pesquisa as outras variantes situacionais. Lobato discorre de forma similar acerca do modelo gerativista, entendido igualmente como um modelo frasal e superficial aos fatores contextuais e heterogêneos da pragmática.⁵

Portanto, o embasamento teórico para um ensino de língua restaurado demandaria um modelo linguístico além do plano frasal, considerando os fatores socioculturais. O padrão teórico-linguístico com finalidade docente é a constituição de uma gramática pedagógica que seja, inevitavelmente, pragmática do emprego da língua.

⁴Considera-se as classificações estruturalistas de Roman Jakobson (1896-1982) acerca das funções da linguagem, que estrutura o canal e a comunicação entre o remetente, o destinatário e o referente a ser apreensível em um código comum aos interlocutores, atribuindo relações e funções a esses fatores. A necessidade de o ensino contemplar multivariadas funções da linguagem também é defendida pelo estruturalista, segundo Jakobson (2010, p. 123), “conquanto o pendor para o referente [...] seja tarefa dominante de numerosas mensagens, a participação adicional de outras funções [emotiva, poética, fática, metalinguística e conotativa] em tais mensagens deve ser levada em conta pelo linguista atento.

⁵Os estudos linguísticos são marcados pela heterogeneidade na classificação de língua e a sua relação com os falantes. A reflexão gerativa distingue a dimensão sociocultural, externa e extensional, denominada Língua-E, da vertente subjetiva, cognitiva e intencional das línguas, classificada como Língua-I, como ressaltado pela autora, eixo das análises gerativistas.

Um terceiro fator a ser considerado para uma maior inclusão linguística no campo educacional concerne à *Sociolinguística aplicada no ensino de línguas*, que deveria ser empregada de forma empírica e dialética, e não dogmática. Ao entender que a língua é um veículo comunicativo entre membros de uma comunidade, compreende-se, por extensão, a necessidade de analisá-la em seu contexto social, foco de estudo dos pesquisadores sociolinguistas.

Atribui-se à abordagem sociolinguística em sala de aula não somente o entendimento acerca do emprego e do comportamento linguístico variável, como também a assimilação entre a constante e a variante na fala, o caráter estilístico do enunciado e a interpretação de desvios na língua-padrão, tendo também em conta a situação de multilinguismo existente em determinadas regiões do país e as resultantes entre o contato de outras línguas com o português.

Por fim, a autora considera propostas para uma *renovação gramatical no Brasil*, que, à época da publicação e atualmente, é ensinada utilizando-se o português literário. A necessidade de ensinar-se uma gramática pragmática e discursiva, que aborde o uso real da língua em diferentes enunciados, exige, além da cooperação entre linguista e professor, uma reformulação pedagógica, contemplando especialmente a valorização e o reconhecimento do profissional docente, visando um revisionismo do sistema educacional, abolindo e substituindo a concepção prescritiva, adotando, por sua vez, modelos que a autora classificou como descritivos e produtivos, que se manifestam a partir da autoconsciência do aluno acerca de seu domínio da língua, resguardando as variantes situacionais e dialetais que a tangem, estendendo-se também ao entendimento e à apreciação literária.

3 DISCUSSÃO

A apresentação feita acima esclarece que a ciência da linguagem efetivaria o ensino linguístico a partir de uma base gramatical produtiva e reestruturada, e não mais prescritiva, mas que refletiria também sobre a escolha e os recortes dos conteúdos a serem “escolarizados” e transferidos ao domínio de disciplina, que desdobram razões de natureza política, social e cultural, como também de motivações inerentes à evolução da própria língua (SOARES, 2002).

A análise da obra de Lobato resulta invariavelmente no reconhecimento da *importância de defender a reformulação e resguardar o ensino gramatical no Brasil*, em consonância ao defendido por Borges Neto (2013), que esclarece o papel qualificador da escola a partir da tríade de conteúdos essenciais, culturais e científicos, em que disciplina da Língua Portuguesa contempla equivocadamente apenas os dois primeiros conteúdos, baseando a aprendizagem em fatos relevantes como o letramento e o domínio da norma culta, contudo, desconsiderando uma reflexão metalinguística sistemática-teórica e um disciplinamento intelectual da gramática.

A fundamentação para a renovação da prática didática e dos conhecimentos gramaticais se baseia na crítica à metodologia composta por uma percepção estática da língua, que não possibilita a reflexão de novos fatos linguísticos, mas, em especial à aceitação e a consequente reprodução formalista dos fatos gramaticais nas gramáticas pedagógicas, nos livros didático e na atuação e formação docente, que, por sua vez, deveria atuar sob um cenário científico, utilizando-se de aparatos teóricos que caracterizam as variedades linguísticas e os fenômenos gramaticais relacionados às práticas discursivas (PILATI *et al.*, 2011).

Outro ponto de destaque da obra analisada é *o papel de evidência atribuído à recursividade e à criatividade linguística*, que orientaria ilimitadamente os processos que precedem o uso da linguagem e representa a construção do pensamento. Dotada de recursividade, a faculdade da linguagem constitui uma sintaxe que gera expressões infinitas e inéditas, mapeadas semanticamente e fonologicamente, a partir de um conjunto finito de léxico-base; essa equação do pensamento linguístico, intrínseca ao falante, possibilita a articulação consciente do aluno de estruturas linguísticas e a sua competência.

Ressalto as noções de Medeiros Junior (2020) acerca da necessidade de reflexão metalinguística sobre a estrutura de uma língua durante o processo de aquisição da modalidade escrita, em que o estudante reconhece estruturas e atribui a elas organizações mais complexas em sintaxe e em sentido, versionando o ensino de gramática a fim de desenvolver no estudante o raciocínio “lógico-linguístico”, recurso que possibilita a progressão do ensino e a compreensão do aluno de elementos linguísticos de natureza variada, com base nas

combinações autorizadas pela sua língua e a partir do domínio dos mecanismos aplicáveis à organização sintático-morfológica.

A reflexão sobre a organização estrutural da língua não deve ser um fim em si mesma; ela precisa ser o caminho para a construção do raciocínio linguístico para que, de posse dessa competência, o estudante possa ir passando a níveis de reflexão linguística mais aprofundados (MEDEIROS JUNIOR, p. 47, 2020).

Por fim, ressalto o impacto da obra de Lobato no que diz respeito à *perspectiva de renovação do ensino gramatical no Brasil*, em conformidade a novos enfoques de uma gramática que expressa a competência interna e as capacidades cognitivas do falante, e que tem como amparo conceitual os materiais produzidos a partir da análise de teorias linguísticas, interagindo harmonicamente o formalismo teórico e a prática docente, visando uma aprendizagem que perpassa a compreensão instrumental (MEDEIROS JUNIOR; SIMIONI, 2020).

Para essa reestruturação do ensino, entretanto, se faz necessária a exposição de argumentos teóricos aos professores da Educação Básica logo em sua formação, e a elaboração de materiais teóricos que apresentem ou descrevam os fenômenos gramaticais, gerando uma ponte entre o desenvolvimento acadêmico e a educação nas escolas.

Ainda que haja expectativas de renovação educacional, gramatical e acadêmica, o seu transcurso demanda investimento, recursos e pesquisas, entretanto, *Linguística e Ensino de Línguas* levanta sugestões e reflexões relevantes ao ensino de língua materna e oferece subsídios ao trabalho e à formação do professor.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.
- BORGES NETO, J. Ensinar Gramática na Escola? **ReVEL**, edição especial, n.7, 2013, pp. 68-83.
- CHOMSKY, N. **Reflexões sobre a linguagem**. São Paulo: Editora JSN, 2009.
- JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.
- MEDEIROS JUNIOR, P. **Gramática sim, e daí?** Reflexões acerca do ensino de gramática nos anos da educação básica. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- MEDEIROS JUNIOR, P.; SIMIONI, L. Linguística e Ensino: o diálogo possível entre teorias formais e a *práxis* pedagógica. In: GUESSER, S.; RECH, N (Orgs.). **Gramática, Aquisição e Processamento Linguístico** – subsídios para o professor de língua portuguesa. São Paulo: Editora Pontes, 2020. pp. 15-41.
- MIOTO C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- PILATI, E.; NAVES, R. R.; VICENTE, H. G.; LIMA-SALLES, H. Educação Linguística e o Ensino de Gramática na Educação Básica. In: *Linguagem e Ensino*, v.14, n.2, jul./dez. 2011, pp. 395-425.
- PILATI, E.; NAVES, R. R.; VICENTE, H. G.; LIMA-SALLES, H. (Org.). **Linguística e Ensino de Línguas** – Coleção Lucia Lobato. v.2. Brasília: Editora UnB, 2015.
- SOARES, M. Português na Escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002b, pp. 155-177.